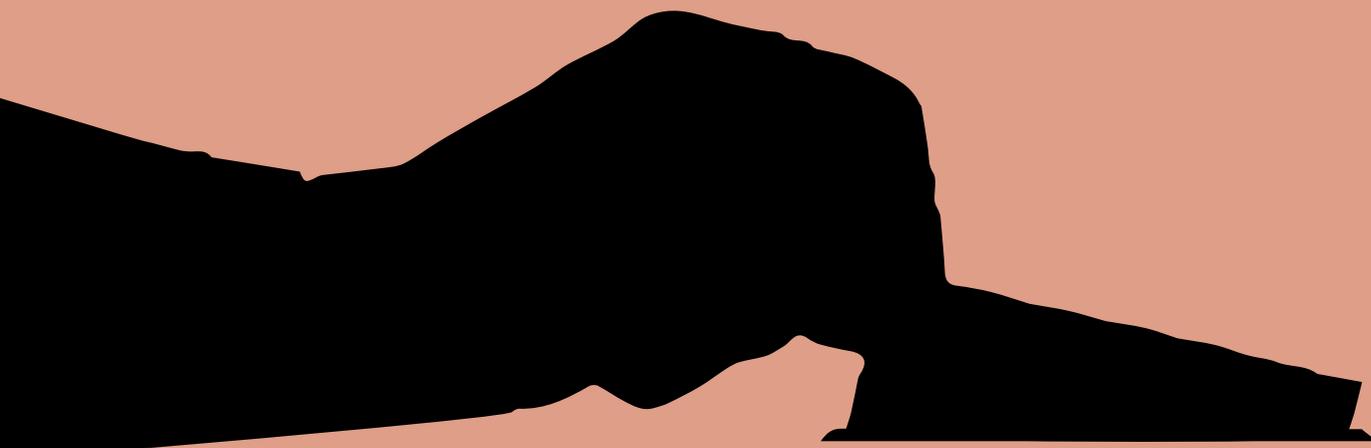




# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 181 / MAIO-JUNHO 2017 / WWW.STML.PT



**30 e 31 de Maio a votação para a eleição  
dos Corpos Gerentes do STML,  
quadriénio 2017–2021**

## DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 5 **Tribuna Pública sobre e contra a precariedade!**
- 6 **Consolidação das mobilidades na CML**
- 10 **Aproximamo-nos das eleições do STML!**
- 13 **Manifestação Nacional da Administração Local abarrotada a baixa de Lisboa**
- 15 **Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN exorta à luta**
- 17 **Venda do Novo Banco lesou o País e o Povo**
- 19 **Programa de Estabilidade 2017/2021: Reduzir salários para salvar as metas do défice**
- 20 **3 de Junho, Dia Nacional de Luta!**



## o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 181 / MAIO-JUNHO 2017

### WWW.STML.PT

**Director** Vítor Reis **Corpo Redactorial** Luís Dias, Nuno Almeida, Tiago Lopes, José Malhadas, Henrique Bastos

### Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

### Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/5/8

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

Este boletim está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico

### PROTOCOLOS STML

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus  
Grupo Lusófona  
Instituto Superior de Educação e Ciências  
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas  
Universidade Lusíada

#### BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros  
Millenium BCP

#### TURISMO

Campiférias  
Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela  
Viagens Falcon

#### TELECOMUNICAÇÕES

NOS  
Vodafone

#### OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho  
Cartão BP Plus  
Escola de Condução ENAL  
Lancaster College – Escola de Línguas  
Mind Project

### EDITORIAL

A 30 e 31 de Maio realizar-se-ão as eleições para os Corpos Gerentes do STML, momento que deverá ter de todos os associados uma atenção especial considerando a importância deste acto que procura, no essencial, reforçar, renovar e rejuvenescer o Sindicato para melhor intervir nos próximos quatro anos em prol dos direitos, interesses e expectativas dos trabalhadores do município de Lisboa, seja a realidade associada à Câmara Municipal, Junta de Freguesia ou Empresa Municipal. Votar torna-se assim uma prioridade, dentro dos horários pré-estabelecidos e junto das mesas que serão disponibilizadas nesse sentido.

Abril e Maio foram e continuarão a ser meses de luta, no propósito maior de obrigar o Governo minoritário do PS a dar respostas às muitas reivindicações dos trabalhadores da administração pública e da administração local em particular, quer em termos de salários e carreiras, mas também em inúmeras matérias como o Subsídio de Insalubridade, Risco e Penosidade, reposição do valor do trabalho extraordinário, identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido, reposição dos dias de férias, revogação do SIADAP, alteração das regras da aposentação, entre muitas outras questões que há muito carecem de uma justa e legítima resposta.

Assim foi no dia 21 de Abril, na Manifestação Nacional da Administração Local, nas comemorações do 43.º aniversário do 25 de Abril e no magnífico 1.º de Maio com uma participação que indubitavelmente superou o sucedido em anos anteriores.

Foi no Dia Internacional do Trabalhador o espaço e o tempo para anunciar, pelo voz do Secretário-geral da CGTP-IN, a realização de uma manifestação nacional descentralizada para Lisboa e Porto a 3 de Junho com o objectivo principal de pressionar o Governo a sair da inércia em que ele próprio se colocou, adiando ou simplesmente apresentando soluções inadmissíveis aos problemas dos trabalhadores, principalmente em termos salariais, quer do sector privado, quer do sector público. Neste dia, em força e unidade, não podemos calar a nossa vontade!

Mas a luta não se revela apenas em termos mais gerais. Todos os dias surgem problemas nos locais de trabalho que exigem respostas urgentes. Processo que não dispensa, antes obriga o envolvimento dos trabalhadores como passo indispensável no caminho da resolução desses mesmos problemas. Valorizamos a título de exemplo o abaixo-assinado dos cantoneiros de limpeza da Junta de Freguesia de Alvalade, exigindo uma Medicina do Trabalho de qualidade. Outras formas de luta poderão ser assumidas caso o actual Executivo não conceda soluções céleres e eficazes. Uma nota de atenção sobre um problema concreto que poderia facilmente ser reportado a outras freguesias, como Campolide, Benfica ou São Domingos de Benfica.

Prevê-se também, no momento em que escrevemos estas linhas, a entrega nos Paços do Concelho a 8 de Maio de um conjunto de abaixo-assinados que retratam vários problemas que persistem nos locais de trabalho da CML, nomeadamente nas oficinas do DRMM, balneários das Garagens dos Olivais 3, no Edifício do Entrepasto, ou envolvendo os eletricistas do DEMIEM e do DIP. Os trabalhadores poderão parecer adormecidos, mas quem assim pensa desconhece a realidade, sujeitando-se, mais cedo do que tarde, a ter na rua outro tipo de protestos públicos muito mais 'incómodos'.

Estarmos unidos, organizados e interventivos é, pelos motivos referidos, essencial à resolução dos nossos problemas. Não baixar a guarda é assim cada vez mais importante.



## Reivindicações em vários locais de trabalho materializam inúmeros abaixo-assinados.

Têm-se observado nos últimos meses à assunção por parte dos trabalhadores, quer da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou Empresas Municipais, de abaixo-assinados como instrumento de luta, reivindicando a resolução dos problemas que os atormentam no tempo e no espaço.

Das oficinas do DRMM aos balneários das Garagens dos Olivais 3 (DMHU), exigindo a limpeza das instalações descuidada pela CML face à contratação de uma empresa que não responde às necessidades diárias de higiene e segurança de trabalho, ao Edifício do Entrepasto pelos mesmos motivos, aos eletricistas do DIP e do DEMIEM exigindo a atribuição do Subsídio de Insalubridade, Risco e Penosidade, à Junta de Freguesia de Alvalade onde os trabalhadores da limpeza urbana não tem uma Medicina do Trabalho adequada, à EGEAC onde se exigiu uma reunião entre o Sindicato e o Conselho de Administração para debater e resolver os problemas há muito identificados, são alguns dos exemplos mais recentes onde a opção pelo abaixo-assinado foi assumida consensual e maioritariamente pelos trabalhadores.

Em alguns casos os resultados não se fizeram esperar. Na EGEAC, uma semana depois de o abaixo-assinado ter circulado pelos vários equipamentos (subscrito por cerca de 70% dos trabalhadores da empresa) a reunião reivindicada concretizou-se a 7 de Abril. No caso da DMHU e DRMM, os problemas da limpeza foram minimizados ainda durante a recolha de assinaturas, tendo o abaixo-assinado sido entregue ao Presidente da CML no dia 8 de Maio.

Na mesma data foi entregue o abaixo-assinado dos trabalhadores do DIP e do DEMIEM. Na Junta de Alvalade, a reunião esperada desde Janeiro para discussão do Caderno

Reivindicativo onde consta a questão ainda por resolver da Medicina do Trabalho, foi prontamente agendada para 4 de Maio.

Nenhum dos acontecimentos, de cariz mais ou menos positivo face às reivindicações dos trabalhadores, tem uma origem espontânea. Desencadeados face às movimentações dos trabalhadores, demonstram claramente que é na acção organizada, unida e consciente que muitas vezes conseguimos resolver problemas que em alguns casos há muito se arrastam.

De um abaixo-assinado, a um plenário de rua, à via judicial, a uma manifestação ou greve, falamos de formas de acção (de luta!) que não podem ser desvalorizadas quando procuramos defender os nossos interesses e os nossos direitos. Assumem uma grandeza, intensidade e consequência distinta, mas todas são importantes quando sinónimo de coesão e determinação.

Mas os processos de luta são como os problemas, quando um se resolve logo outro surge no horizonte. A luta assume assim a forma e a intensidade que no tempo e no espaço os trabalhadores, em conjunto com o seu Sindicato, decidem como mais oportuna, necessária e imprescindível.

Trata-se portanto de um processo dialético que se compreende face ao que já aconteceu, determinante para perceber onde estamos e para onde queremos ir. Da luta falamos, a tal que nos obriga a nunca baixar os braços, mesmo que estejamos perante um mero, mas fundamental, abaixo-assinado.

Da postura daqueles cuja obrigação é dar resposta aos problemas dos trabalhadores, determinará também a forma de luta a adoptar.



## Regulamentação da Carreira a quanto obrigas!

**Ao longo dos últimos anos foram muitos os projectos apresentados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), no sentido de alterar/ajustar o estatuto jurídico dos corpos de bombeiros profissionais e nesse sentido foram também muitas as pressões de algumas organizações representativas de bombeiros, para que se avançasse nessa matéria com a maior brevidade, como se os bombeiros profissionais vivessem num limbo, e não tivessem um estatuto próprio.**

Na verdade, em 2002, o governo de então, alegando a necessidade de proceder a alterações, no sentido de ajustar o estatuto jurídico dos corpos de bombeiros profissionais cria o Decreto-Lei nº 106/2002, apesar de nos últimos anos os governos sucessivos terem feito tábua rasa do seu conteúdo, desrespeitando as regras que eles próprios criaram.

A pergunta que se impõe é: qual a razão para se regulamentar, “redigir e publicar regras”, numa carreira já regulamentada? E a razão é só uma: O corte nos direitos e o aumento dos deveres e obrigações.

Basta um olhar retrospectivo para os sucessivos “documentos de trabalho” emanados da ANMP, relativamente a esta temática, e para o documento que o governo, em Abril deste ano, fez chegar à ANMP e a todas as autarquias com bombeiros profissionais nas suas estruturas, para se constatar o óbvio: O aumento dos tempos para a aposentação e a desvalorização dos salários.

Na realidade aquilo que se pode verificar no documento do governo é a total desvalorização/destruição da carreira de bombeiro sapador.

Nas questões mais importantes, estatuto remuneratório e aposentações, o documento é deplorável. Com a alegada criação da “Carreira dos Corpos de Bombeiros Profissionais da Administração Local”, destrói-se a Carreira de Bombeiro Sapador e para tentar calar o descontentamento da maioria dos bombeiros, o governo dá um “rebuçado” e cria a “Carreira de Oficial Bombeiro”. Atente-se ao que está a acontecer com a regulamentação da carreira da GNR, em que o governo dá com uma mão e tira com a outra!

Qual é afinal a urgência da “regulamentação da carreira”, a ponto de algumas organizações representativas de bombeiros, promoverem manifestações na rua, com o apelo a todos os bombeiros, como forma de pressão junto do governo, tendo com principais bandeiras, precisamente, a aposentação e o estatuto remuneratório? Será que ingenuamente acreditavam que o governo ao revogar o Decreto-lei nº 106 e ao criarem um novo diploma, iria fazer melhorias?

Não se esqueçam do que aconteceu em 2010, que só com a mobilização e concentração de um grande número de bombeiros de todo o país na Praça do Comércio, promovida pelo STML conjuntamente com o STAL, se conseguiu parar, aquilo que o governo agora se prepara para pôr em prática.

É certo que as estruturas representativas dos bombeiros ainda não foram ouvidas e como tal “alguns” virão a terreiro com a argumentação “de que se trata apenas de um documento de trabalho, não sendo ainda o documento final e que irão ser introduzidas melhorias”, mas desenganjem-se os que acreditam, que uma possível reversão das medidas contempladas neste documento, se consegue sem a luta de todos. Estejamos pois atentos e preparados.



## Tribuna Pública sobre e contra a precariedade!

**No passado dia 17 de Março, em conjunto com o STAL, o STML realizou na Praça do Município uma Tribuna Pública que procurou sensibilizar, mas também denunciar o problema da precariedade na cidade de Lisboa. Como é sabido, nos últimos anos observávamos o aumento exponencial de trabalhadores a recibos-verdes, com contratos emprego-inserção, sazonais, a termo ou estágios não remunerados.**

Muito do problema da precariedade a que assistimos hoje, teve origem na decisão do Executivo Municipal PS, presidido então por António Costa que, ao transferir vastas competências para as Juntas de Freguesia sem os imprescindíveis recursos, abriu portas à contratação abusiva de prestadores de serviços (falsos recibos-verdes) face à carência de pessoal em inúmeras áreas de intervenção pública.

Assim, desde a limpeza urbana aos jardins-de-infância, aos mercados ou passando por equipamentos desportivos e sectores administrativos, trabalhadores com vínculo precário desempenham tarefas de carácter permanente, violando os respetivos Executivos de Junta quer a lei nacional, quer as normas provenientes da Comunidade Europeia.

Se algumas Juntas optaram, e bem, pela abertura de concursos públicos para admissão de pessoal, perspetivando regularizar a situação laboral dos trabalhadores com vínculo precário e até reforçando as áreas identificadas como carentes de trabalhadores, muitas outras continuam a recusar, adiando indeterminadamente, esta decisão política.

A iniciativa levada a cabo no referido dia 17 de Março procurou trazer para a 'praça pública' um problema que de todo não é

inevitável. Desde agosto de 2016 que STML e STAL procuram sensibilizar populações e trabalhadores para uma chaga que, para além de afectar os que nesta situação se encontram, em muito contribuindo para a erosão do equilíbrio pessoal e familiar, constrange também a unidade e capacidade reivindicativa de todos trabalhadores. É um problema que afecta igualmente a estabilidade e coesão societal. Não podemos por tudo, aceitar a continuação destas práticas que em nada contribuem para o alavancar de uma sociedade moderna, de bem-estar e progresso.

Uma necessidade permanente do serviço deve corresponder um vínculo efetivo de trabalho que garanta, além dos deveres, os direitos e a estabilidade dos trabalhadores. Não nos cansaremos de repetir esta reivindicação cada vez mais urgente e necessária.

Das Juntas de Freguesia onde este problema tem sido denunciado insistentemente, valorizamos finalmente a abertura de concursos públicos em Benfica ou nos Olivais. Mas não deixaremos de combater a inércia que tantas outras têm demonstrado até ao momento, como Arroios, Penha de França, Belém, Estrela, Santa Clara ou Santa Maria Maior.

Foi este compromisso que STML e STAL, CGTP-IN e os inúmeros trabalhadores que na Praça do Município marcaram presença, assumiram para os próximos meses. Não baixaremos os braços enquanto existir precariedade, nem que passe por um trabalhador que, apesar de desempenhar tarefas indispensáveis, diárias e regulares, não possui um contrato de trabalho digno e seguro.

**Trabalho precário não tem futuro!**



## Consolidação das mobilidades na CML

**Das reuniões realizadas durante a segunda quinzena de Março (nos dias 17, 24 e 31) entre o STML e a CML sobre a consolidação das mobilidades, quer intercarreiras quer intercategorias, ficou assumido por parte do Executivo a sua resolução até 30 de Junho.**

Assim, neste contexto, este assunto parece estar positivamente fechado, ficando apenas por averiguar a posição em que serão recolocados os trabalhadores que agora transitam definitivamente para a carreira de técnico superior, considerando que a CML aponta o Nível 1 enquanto o STML defende o seu reposicionamento no Nível 2. Uma posição fundamentada e decorrente das regras dos concursos públicos para admissão na carreira de técnico superior que determina o Nível 2 para todos os trabalhadores admitidos. Neste sentido, afirmamos claramente perante o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, João Paulo Saraiva, que não excluimos o recurso à via judicial caso a autarquia insista num caminho que consideramos incoerente, injusto e como tal inaceitável.

Num contexto inter-relacionado, mas com leitura e tempo de resolução diferentes, é o que diz respeito aos trabalhadores que, não estando em mobilidade, já a solicitaram contudo. Segundo a DMRH, existem mais de cem casos nestas condições, número que, com grande probabilidade, poderá vir a aumentar em função dos muitos trabalhadores que possam reunir as condições que lhes permitam evoluir, quer em termos da sua categoria, quer em termos de carreira, principalmente no universo daqueles que entretanto obtiverem habilitações superiores.

Esta avaliação pelos Recursos Humanos da autarquia deverá ser iniciada em Julho, perspetivando a consolidação definitiva na categoria ou carreira apenas em 2018, desde que superados os vários trâmites de avaliação implícitos a um denominado “período experimental” de seis meses.

Como referimos em Março, o STML não deixou de apresentar algumas reservas sobre a filosofia que enquadra a resolução dos trabalhadores que, não estando em efetiva mobilidade, a solicitaram, em muitos casos, há largos anos, sem contudo terem a resposta até agora mais desejada. Muitos estão a exercer efetivamente funções acima da sua carreira ou categoria originária, mas poderão não vislumbrar a devida valorização que anos de investimento na sua própria formação deveriam proporcionar, materializando, neste caso, uma grave e inaceitável injustiça.

Para o Sindicato, a questão do mérito, da avaliação nas suas várias fases e do exercício efetivo de funções devem ser articuladas, encontrando-se o caminho que não tenha apenas o interesse da CML em perspetiva, mas também considere acima de tudo responder positivamente às expectativas de trabalhadores agora mais qualificados, sem porém estarem reconhecidos como tal.

A disponibilidade de vagas no Mapa de Pessoal, as matérias de ordem financeira e política orçamental da autarquia não podem estar desligadas dos homens e mulheres que de facto corporizam os serviços públicos municipais nas suas várias dimensões.

Para o STML é assim incontornável associar uma e outra realidade, enquanto parte de um mesmo universo. Salvaguardar os interesses dos trabalhadores que irão recorrer à mobilidade, repetindo processos e alimentando novas e renovadas esperanças, deverá ter do Executivo Municipal uma célere e consequente solução que passa impreterivelmente pela sua consolidação.

# Cadernos Reivindicativos da Limpeza Urbana e dos Espaços Verdes

Os Cadernos Reivindicativos (CR) são um instrumento essencial para a identificação dos problemas que afectam os trabalhadores. A elaboração dos CR e a sua actualização é fundamental à sua resolução problemas, sendo o fio condutor da luta dos trabalhadores.

O CR da Limpeza Urbana está numa fase bastante adiantada, tendo-se já procedido a uma ronda de plenários, onde foram apurados vários problemas como a falta de pessoal na garagem de remoção, CMPVE, a necessidade de continuar a recorrer à reserva de recrutamento do concurso de cantoneiros de limpeza de forma a preencher as necessidades existentes; a exigência de condições de saúde e segurança na garagem de Olivais 3 e nos postos de limpeza sobrelotados, mas também acompanhar as futuras instalações anunciadas; exigir boas condições das viaturas da remoção e celeridade na sua renovação. Outras matérias são referidas, como a organização do tempo de trabalho, férias ou sobre os circuitos de remoção.

Falta fazer uma última discussão com os trabalhadores para concluir o CR e definir a forma da sua entrega ao Executivo Municipal.

Nos Espaços Verdes, a realidade é relativamente diferente para pior. Este sector que outrora chegou a contar com 1000(!)

## Profissões de desgaste rápido: segunda reunião entre o STML e a CML/DMRH/DSHS



Depois da primeira reunião do grupo de trabalho conjunto – STML/CML – para o estudo, identificação e fundamentação sobre as profissões de desgaste rápido, realizada a 21 de Fevereiro, produziu-se a 10 de Abril a segunda ronda onde foram deba-

tidos os dados apurados pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS) sobre doenças profissionais verificadas na autarquia de Lisboa tendo como referência inicial o ano de 2005.

O estudo/relatório apresentado pelo DSHS, que o STML prontamente valorizou, indica-nos claramente as carreiras profissionais onde são mais evidentes as consequências negativas para a saúde dos trabalhadores. Dos casos importados, 72% referem os sectores operacionais com destaque para a limpeza urbana e os cantoneiros (as) em particular. Mas outras carreiras e profissões ocupam os lugares cimeiros, como as (os) administrativas (os), cozinheiras (os) ou jardineiras (os).

Como indicador adicional, refere-se aos 51 anos como a idade média do trabalhador com uma doença profissional identificada (participada e reconhecida), não se ignorando que o problema por si só pode, obviamente, surgir muitos anos antes.

Confirma-se empiricamente o que há anos já todos sabemos. Mas se doenças profissionais nos reportaram, não podemos esquecer a quantificação dos acidentes de trabalho, ainda por fazer, seguramente mais propícios nas profissões desempenhadas em condições nada favoráveis à integridade física dos trabalhadores que as executam.

jardineiros, tem sido ostracizado pelos diferentes Executivos camarários, que tem optado por entregar a privados a construção e manutenção dos espaços verdes pertencentes à CML, gastando avultadas verbas nesse propósito. Caminhos e opções políticas que até agora não demonstraram qualquer evolução em termos qualitativos, muito pelo contrário.

O STML por mais que uma vez interpelou o actual Executivo autárquico no sentido da imediata inversão desta política e a necessidade urgente da contratação de jardineiros e viveiristas, reactivando a formação profissional na Escola de Jardinagem. Se não houver um imediato investimento neste importante sector, corre-se o risco da sua extinção pela sua privatização total.

No CR dos espaços verdes já estão identificados vários problemas, como a falta de pessoal. Neste sector existem atualmente cerca de 100 trabalhadores a executar as funções de jardineiro. Observa-se a falta de condições de saúde e segurança das instalações onde funcionam os postos de jardinagem, necessitando de intervenção urgente; faltam fardamentos e EPI's ou as ferramentas mais adequadas.

É necessário alargar aos outros sectores da CML a elaboração dos respectivos Cadernos Reivindicativos, ou a actualização dos já existentes, como é o caso do DRMM.

Indissociável desta realidade, constatou-se a necessidade de prover melhores condições de trabalho, principalmente nas profissões de maiores exigências físicas e psíquicas. Matéria que, como todos sabemos, compete exclusivamente à Câmara Municipal responder e sobre a qual o STML tem sistemática e insistentemente alertado. É verdade que algumas decisões foram positivamente assumidas nos últimos anos, mas muitas outras arrastam-se no tempo, degradando as condições de trabalho e de vida de muitas centenas de trabalhadores. Inércia ou ausência de vontade política também responsável pela incidência e reincidência do número de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Todavia, no contexto específico deste grupo de trabalho conjunto e apesar de estarmos na sua fase inicial face ao que procuramos produzir, concretamente uma proposta a apresentar na Assembleia da República, órgão de soberania com competências para regulamentar este assunto, seremos fiéis ao compromisso assumido que passa por levar até ao fim um processo que, não sendo fácil, pode contudo revelar uma importância determinante na melhoria das condições de vida de milhares de trabalhadores.

Para o próximo dia 15 de Maio ficou agendada a terceira reunião na qual iremos saber qual a posição dos técnicos da DSHS, a quem o supracitado relatório será dado a conhecer, de forma a termos adicionalmente a perícia técnica de quem lida com estes problemas em bases diárias.

Daremos conta oportunamente do desenrolar destes trabalhos que tanta atenção tem tido dos trabalhadores, principalmente daqueles onde estes problemas mais acontecem.



## EGEAC



## GEBALIS

### **Na EGEAC será a unidade e mobilização dos trabalhadores a determinar o caminho a seguir.**

Após sucessivas rondas de plenários em fins de 2016 e nos primeiros meses deste ano, culminando com a recolha de uma abaixo-assinado e de um plenário geral exigindo respostas do CA da empresa que durante um ano e meio se recusou a reunir com o STML, foi finalmente possível concretizar este objectivo a 7 de Abril último.

Nesta reunião, e como informamos oportunamente, ficou consensualizado a resolução de matérias tais como a majoração dos dias de férias nos casos do exercício do direito à greve e dos direitos de parentalidade; sobre a necessidade de colmatar carências de pessoal; sobre a regularização dos vínculos precários, associado a uma nova formulação de trabalho sazonal; sobre as condições de trabalho no *BackOffice* do Castelo de São Jorge; sobre a aplicação das matérias decorrentes da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (LOE17), envolvendo a actualização dos subsídios de refeição, do trabalho suplementar e do descongelamento das carreiras.

Muitos dos compromissos assumidos pelo CA em Abril deveriam começar a ser implementados durante os meses de Maio/Junho. Neste sentido justificava-se a reunião agendada para 5 de Maio, fazendo um ponto de situação sobre todos estes assuntos, entretanto adiada por motivos de ordem pessoal de um elemento da empresa.

O STML aguarda agora uma nova data para reunir, previsivelmente a 17 de Maio, esperando todavia que não se inicie um novo ciclo de práticas que, num passado recente, duramente criticámos.

### **GEBALIS – na recta final para a assinatura do Acordo de Empresa?**

As direcções do STML e do STAL e o Conselho de Administração (CA) da GEBALIS reuniram mais uma vez no dia 17 de Abril, prosseguindo a negociação do Acordo de Empresa.

Nesta reunião, a discussão centrou-se na Tabela Salarial que o CA contrapôs, diferente da apresentada pelos sindicatos, que previa a progressão horizontal e vertical. A proposta do CA prevê a progressão vertical ficando dependente da avaliação de desempenho, um pouco à semelhança dos mecanismos implementados na Administração Pública.

A transição da tabela actual para a nova foi também amplamente discutida, defendendo o CA o reposicionamento na nova tabela de forma faseada, o que os sindicatos compreendem, embora discordem dos prazos apresentados. Sendo este um dos pontos que os trabalhadores mais anseiam, os sindicatos transmitiram que só depois de os ouvirem assumiriam uma posição, demonstrando a necessidade, o quanto antes, de alcançar resultados palpáveis.

Complementando estas reuniões, os juristas dos sindicatos e da GEBALIS, estiveram reunidos no dia 28 de Abril com o objectivo de coligirem o acordo, “fechando” todas as cláusulas já acordadas. Ficaram contudo em aberto alguns pontos onde ainda não houve consenso.

Aqui chegados, consideraram as direcções dos sindicatos que é o tempo de voltar a reunir com os trabalhadores, para apresentar o que já foi conseguido, e debater o que ainda não foi acordado, nomeadamente as tabelas salariais e o modo de transição para as mesmas. No momento em que escrevemos este artigo, está previsto para dia 9 de Maio uma reunião geral, tendo sido já possível reunir com a respectiva Comissão de Trabalhadores (a 5 de Maio).

Relembramos o envolvimento dos trabalhadores na construção da proposta do AE, e que são eles que tomarão as decisões sobre a evolução da negociação em curso. Um processo que todos pretendemos ver concluído com a assinatura do AE, que poderá trazer ganhos significativos para os trabalhadores.



**O STML tem estado presente, mesmo com reconhecidas insuficiências, nas Juntas da cidade. De uma realidade de 24 freguesias, nem sempre é possível acompanhar com a regularidade e consequência necessárias os problemas que afectam os respectivos trabalhadores. Contudo, não podemos ignorar, mesmo num quadro de algumas limitações, o trabalho até agora realizado.**

Desde Janeiro que o Sindicato aguarda uma resposta às várias solicitações para reunir com a Junta do Beato e de Alvalade. Esta última, após conhecimento de um abaixo-assinado que circulou no seio dos trabalhadores da limpeza urbana, exigindo uma Medicina do Trabalho de qualidade e eficaz, cedo se prestou a agendar uma reunião para 4 de Maio, onde a celebração com a CML do protocolo permitindo o acesso à Medicina do Trabalho da autarquia foi apresentado como solução.

Nas Juntas de Freguesia da Estrela, São Vicente e Penha de França estão praticamente concluídos os Cadernos Reivindicativos a entregar oportunamente aos respectivos Executivos. Serão assim dezasseis (16) as Freguesias que já têm este importante instrumento de acção concluído, estando agora do lado da Junta a resolução dos problemas neles inscritos. Aos trabalhadores caberá lutar pela sua resolução caso as soluções que reivindicamos se eternizem no tempo.

Mas outras matérias parecem estar esquecidas, como por exemplo as folgas acumuladas dos trabalhadores provenientes da CML. Sendo certo que o ónus da sua resolução cabe à autarquia presidida por Fernando Medina, não é menos verdade que algumas Juntas responderam positivamente às expectativas dos trabalhadores permitindo-lhes o gozo de um direito legitimamente alcançado. De vontade política ou da sua ausência se fala claro.

No acesso à Medicina do Trabalho também parece ser um problema que não se limita às fronteiras da Freguesia de Alvalade. Em Campolide constata-se a mesma situação, como em Benfica ou em São Domingos de Benfica, entre outras, onde os trabalhadores esperam há demasiado tempo pelos exames e análises de carácter preventivo que obrigatoriamente deve consubstanciar uma Medicina do Trabalho de qualidade. O negócio privado nesta dimensão mostra claramente que não é solução face aos interesses dos trabalhadores.

No que concerne à avaliação, pelo SIADAP, desconhece-se as razões da sua não aplicação até ao momento nas Juntas de São Domingos de Benfica, na Estrela, Santa Maria Maior, entre outras. Se contestamos este sistema de avaliação e enquanto o mesmo não for revogado, é um imperativo legal a produção do processo de avaliação. Mais importante é, quando importamos a possibilidade de descongelamento das carreiras, indissociável do número de pontos obtidos por cada trabalhador pela avaliação, ou ainda pelo motivo da majoração dos dias de férias nas Juntas que celebraram o ACEP com o STML.

O STML continuará a acompanhar estes e outros problemas até à sua efectiva resolução, como a qualidade e quantidade de equipamentos de protecção individual que em algumas Freguesias não respondem às necessidades implícitas à salvaguarda da saúde e segurança dos trabalhadores, independentemente do seu vínculo, como no caso do Areeiro onde os “falsos recibos-verdes” são obrigados a adquirir o seu próprio fardamento (?!).

Também neste plano, não deixaremos de exigir a abertura de concursos públicos para a regularização de todas as situações de precariedade que consubstanciem necessidades permanentes do serviço.

**A precariedade não tem futuro!**



**Terão lugar nos dias 30 e 31 de Maio a votação para a eleição dos Corpos Gerentes do STML, quadriénio 2017-2021. Este é um acto da maior importância na vida do nosso Sindicato, ainda mais no ano em que celebramos 40 anos de existência, da principal e mais representativa organização dos trabalhadores do Município de Lisboa, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais.**

A direcção cessante apresenta uma lista concorrente às eleições, numa lógica de continuidade na resposta aos anseios e na resolução dos problemas que afectam os trabalhadores.

É no entanto renovada e reforçada por novos elementos tentando ser o mais representativa possível dos diversos sectores que constituem o universo do município, com um objectivo único: a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os últimos quatro anos foram de grande exigência para a Direcção que agora cessa funções. Para todos os elementos que agora terminam as suas responsabilidades enquanto Dirigentes e não integram a lista para o próximo mandato, deixamos aqui o reconhecimento pelo trabalho realizado, sabendo que continuarão a contribuir para o fortalecimento e engrandecimento deste grande colectivo que é o STML.

Este período ficou marcado pela maior ofensiva desde Abril de 1974, contra os direitos e rendimentos dos trabalhadores e aposentados, especialmente os da Administração Pública, levada a cabo pelo governo PSD/CDS de Passos e Portas.

Os trabalhadores do Município de Lisboa estiveram na primeira linha do combate a estas políticas, integrando as grandes lutas travadas pelo Movimento Sindical Unitário, da Frente

Comum dos Sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN, contribuindo definitivamente para a sua derrota, nas eleições de Outubro de 2015.

O novo alinhamento, saído destas eleições, permitiu uma inversão no rumo político seguido, assumindo algumas medidas positivas apesar de tudo insuficientes. É pois necessário ir mais além, na reposição e conquista de direitos e rendimentos.

No plano do Município, estes quatro anos ficaram marcados pela externalização contínua de serviços e redução do quadro de pessoal, tendo ocorrido neste período uma reestruturação e duas reorganizações de serviços, destacando-se a reorganização administrativa da cidade, em que foram transferidas para as novas Juntas de Freguesia competências, meios financeiros e patrimoniais e mais de 1.000 trabalhadores.

Não ignoramos que mais de 2.500 trabalhadores abandonaram a Câmara Municipal nos últimos três anos. Falamos de cerca de 1/3 da força de trabalho existente até há bem pouco tempo.

Esta realidade tem cooperado no reforço do argumentário dos que defendem a iniciativa privada em detrimento do sector público.

O STML sempre se opôs a estas opções políticas e foi como resultado da luta travada que por exemplo foi possível garantir uma série de direitos aos trabalhadores transferidos para as Juntas de Freguesia, direitos que todavia têm de ser defendidos diariamente.

O seu exercício é a melhor garantia nesse propósito como muitas vezes afirmamos.

# Aproximamo-nos das eleições do STML!

Apesar deste quadro, o STML conseguiu no âmbito da CML, a abertura de concursos de admissão para várias categorias, destacando a entrada de mais de 250 assistentes operacionais e 50 bombeiros, a colocação em mobilidade inter-categorias da maioria dos trabalhadores do RSB, estando a acompanhar o processo da sua consolidação em termos gerais das mobilidades intercarreiras, assim como os processos implícitos aos pedidos de novas mobilidades.

Valorizamos a assinatura de ACEPS's, nomeadamente com a CML e com 18 Juntas de Freguesia. Também importante a abertura da negociação dum AE com a GEBALIS.

São também compromissos inadiáveis, prosseguir com a sindicalização, alargando o universo de trabalhadores sindicalizados.

Criar condições para a eleição de Delegados Sindicais, alargando o espaço de acção, pois só com organização nos locais de trabalho daremos resposta célere aos problemas dos trabalhadores.

Prosseguir e melhorar a qualidade da informação, de forma a fazer chegar atempadamente ao maior número de locais de trabalho, aprofundando também o uso das novas tecnologias. Reforçar e melhorar o contacto com os associados.

No plano da formação sindical, continuar a sua promoção com o objectivo de melhorar a preparação de Dirigentes e Delegados Sindicais.

Tendo em conta a nova realidade do município, nestas eleições vamos aumentar o número de mesas de voto proporcionando

a todos os associados a possibilidade de votar. As eleições terão início às 22h00 do dia 30, para os trabalhadores que trabalham no período nocturno, prosseguindo durante o dia 31. Haverá uma mesa no refeitório dos Olivais que estará aberta ininterruptamente.

Nas Empresas Municipais – EGEAC e GEBALIS – e no Parque de Campismo de Lisboa, funcionarão mesas volantes que percorrerão os diversos locais de trabalho.

Entre 15 e 26 de Maio, decorrerá a campanha eleitoral, em que os elementos que constituem a Lista A, visitarão todos os locais de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, a fim de divulgarem o programa eleitoral e, como sempre, ouvir os trabalhadores sobre os mais diversos assuntos.

Apesar de concorrer apenas uma lista, a participação de todos é fundamental, sendo o STML, um sindicato de referência no município, é necessário que isso fique expresso no maior número de votos.

Teremos assim, maior legitimidade para exigir junto de quem detêm o poder político a resolução dos problemas que no tempo e no espaço afectam os trabalhadores.

Votar é uma arma da qual não podemos abdicar.

O lema da Lista A é inequívoco e passa por **“Reforçar o STML com a força, confiança e unidade dos trabalhadores.”**

# 40º Aniversário do STML no Fórum Lisboa



Foi no dia 5 de Abril que o Sindicato celebrou os seus 40 anos de História, marcado por uma vida de luta sempre com e pelos Trabalhadores do Município de Lisboa.

Do programa realizado no Fórum Lisboa destaca-se a actuação da Maria Anadon acompanhada pelos músicos Rui Galveias e Ricardo Almeida, proporcionando momentos de ternura e encantamento que muito agradaram todos os que estiveram presentes neste dia.

Houve também lugar ao reconhecimento dos associados do STML que, sindicalizando-se em 1977, ano da sua fundação, ainda hoje se mantêm activos e combativos em torno do seu Sindicato, numa demonstração de coerência, consequência e exemplo para todos, dos mais jovens aos menos jovens.

No átrio do Fórum, foi instalado um painel expositivo sobre quatro décadas de luta, nem todas vitoriosas, mas sempre apontando a máxima que “quem luta pode nem sempre ganhar, mas quem não luta perde sempre”. Exposição que se procurará levar até ao fim deste ano ao maior número de locais de trabalho possíveis.

Do Movimento Sindical Unitário, estiveram presentes o Secretário-Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, a Coordenadora da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, Ana Avoila, Dirigentes da União dos Sindicatos de Lisboa, Jorge Antunes e Célia Portela, o Presidente do STAL, José Correia e dirigentes do CESP e do SIESI.

Dos convidados institucionais, aceitaram o convite do STML, a CML representada pelo Vice-Presidente Duarte Cordeiro além do Vereador João Paulo Saraiva e da Vereadora Paula

Marques, acompanhados por chefias várias a nível de Direcções Municipais, Departamentos e Divisões.

Também presentes, representantes da AML e de vários partidos políticos com assento neste órgão. Das Juntas de Freguesia, o Presidente da JF Ajuda José Videira e, das Empresas Municipais, o Presidente da Gebalis Pedro Pinto e representantes da EGEAC.

Do Sindicato mais representativo da cidade de Lisboa espera-se, no mínimo, mais quarenta anos de dedicação, confiança e determinação na luta e defesa dos interesses dos trabalhadores das Juntas de Freguesia, Câmara e Empresas Municipais. Objectivo só possível de alcançar com o envolvimento dos seus associados, os únicos que legitimam e justificam a existência do STML, organização de Abril que em Maio terá as eleições para os seus Corpos Gerentes.

A lista proposta pela Direcção cessante é sinónimo de continuidade, na óptica da maior representatividade sectorial possível, procurando renovar e rejuvenescer para melhor defender os trabalhadores do município de Lisboa.

**Dias 30 e 31 de Maio que ninguém se esqueça de votar.  
Vivam os 40 anos do STML!**

# Manifestação Nacional da Administração Local abarrotada a baixa de Lisboa



Decorreu no passado dia 21 de Abril em Lisboa, uma manifestação de trabalhadores da Administração Local, convocada pelos sindicatos que intervêm nesta área, STML e STAL.

Esta acção de luta teve início no Rossio, onde o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, se dirigiu aos milhares de trabalhadores ali presentes, com palavras de apoio e reconhecimento das razões da sua luta.

Os trabalhadores deslocaram-se de seguida em manifestação até ao Ministério das Finanças no Terreiro do Paço, onde entregaram aos representantes do Governo uma Resolução com as suas reivindicações.

Os trabalhadores da Administração Local, à semelhança dos restantes trabalhadores, têm sido ao longo dos últimos anos altamente penalizados. Desempenhando funções essenciais para a população, não têm aumentos salariais desde 2009, viram destruídas as carreiras, não tendo qualquer progressão desde 2005, salvo os casos onde através da sua luta foi possível a aplicação de opções gestionárias (também em 2009).

A precariedade é uma chaga social que grassa nas autarquias e à qual é preciso pôr cobro. No caso de Lisboa, fruto da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, o aumento exponencial de falsos recibos verdes tem sido evidente.

Não deixando de valorizar algumas medidas assumidas por este governo, consideramos porém a sua manifesta insuficiência. Não deixaremos de exigir respostas imediatas no capítulo dos salários, no descongelamento das progressões, na

regularização dos falsos recibos verdes, na redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

Da Resolução aprovada pelos trabalhadores e entregue ao governo, destacamos:

A valorização e aumento dos salários, a reposição dos valores do trabalho extraordinário, a redução do desconto para a ADSE e a alteração dos escalões do IRS, desagravando os escalões de baixo e médio rendimentos, o descongelamento das progressões, a recuperação das profissões, com uma nova estrutura de carreiras para a Administração Local e a regulamentação dos suplementos de insalubridade, a identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido, a regularização de todas as formas de precariedade, assegurando um vínculo efectivo a toda a ocupação de um posto de trabalho permanente, a melhoria das condições de trabalho, assegurando ambientes de trabalho seguros e saudáveis, a reposição da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos completos de serviço, independentemente da idade e a revogação dos factores de penalização anual (6%) e de sustentabilidade (13,88%).

Repudiamos as intenções de retardar e protelar a resolução dos problemas que afectam os trabalhadores da Administração Local, pois é graças ao seu brio profissional e dedicação, que serviços essenciais continuam a ser prestados à população. Não somos e não aceitaremos ser tratados como trabalhadores de segunda ou terceira.

Cabe aos trabalhadores lutar para que as suas reivindicações possam ser alcançadas, só possível com a mobilização, unidade e determinação de todos.



## Extraordinário 1º de Maio de força e luta!

Sob o lema “Valorizar o Trabalho! Valorizar os Trabalhadores!” várias iniciativas realizaram-se no país para a comemoração do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Realizaram-se manifestações, concentrações, convívios e iniciativas culturais, desportivas e lúdicas em todas as capitais de distrito em homenagem aos 131 anos dos acontecimentos nos EUA, mais precisamente em Chicago.

Em Lisboa, milhares de trabalhadores desfilaram do Martim Moniz até à Alameda D. Afonso Henriques, numa clara afirmação deste dia como um dia de luta, para além de ser também um dia de celebração, entre os quais os trabalhadores do Município de Lisboa, com o seu sindicato, o STML.

Já na Alameda, assistimos às intervenções da Interjovem e do Secretário-geral da CGTP-IN que saudou as mulheres e homens que no Dia Internacional do Trabalhador estão em greve para defender direitos, melhorar as condições de trabalho e de vida e a resposta aos problemas do presente, na luta pelo progresso e justiça social.

Num momento em que a situação internacional é marcada por uma grande instabilidade e incerteza, no quadro do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, em que a União Europeia que apesar de descredibilizada e cada vez mais contestada na generalidade dos países, continua a ser arrogante e prepoten-

te com os pequenos e subserviente com os grandes, a abrigar o racismo e a estimular a xenofobia, a tolerar a construção de muros e a fomentar *guetos* para os refugiados, a estabelecer acordos como o Acordo Económico e Comercial com o Canadá (CETA), a CGTP-IN manifestou a sua firme oposição a este tratado, reafirmou a importância da continuação da luta por uma Europa dos trabalhadores e dos povos.

Vamos lutar para que o Governo PS dê resposta à exigência da eliminação das normas gravosas da legislação laboral. É preciso exigir que o próximo Orçamento de Estado assegure a progressão das carreiras, reponha o vínculo de nomeação e force a subida dos salários dos trabalhadores da Administração Pública.

Arménio Carlos anunciou ainda a convocação para o **dia 3 de Junho**, de duas grandes manifestações, em Lisboa e no Porto, inseridas no Dia Nacional de Luta, sob o lema “Unidos pela valorização do trabalho e dos trabalhadores”.

Um dia de luta nacional de convergência que convoca toda as mulheres e homens trabalhadores dos sectores público e privado, os jovens, os imigrantes, os reformados e pensionistas e os desempregados que lutam pela efectivação da mudança de política e, que nas ruas de ambas as cidades irão, a uma só voz, transmitir ao Governo que este é o momento de avançar porque é a partir do que se faz no presente que se constrói o futuro.



## Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN exorta à luta

A CGTP-IN realizou, em Lisboa, um plenário de sindicatos para fazer o balanço do 1.º de Maio, discutir as propostas sobre pensões de reforma e preparar as manifestações de 03 de Junho, em Lisboa e no Porto.

No final dos trabalhos os dirigentes, delegados e ativistas sindicais saíram à rua, em manifestação, com o objectivo de entregar no Ministério do Trabalho (Praça de Londres) a posição da CGTP-IN sobre as pensões de reformas.

Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP-IN reafirmou, já no jardim da Praça de Londres, que a confederação sindical irá defender o fim das penalizações para quem tenha trabalhado 40 anos ou mais: “aquilo que nós defendemos é a eliminação, além do fator da sustentabilidade de 13,8%, também a do fator de penalização de 6% ao ano”, indicando ainda a necessidade de abrir um processo de discussão também com os trabalhadores da Administração Pública.

Dos principais pontos da Resolução aprovada em Plenário, podemos ler:

A situação nacional continua a ser marcada pela pressão do grande capital, da integração na CEE/União Europeia, pela crescente submissão às suas orientações e tratados, com consequências económicas e sociais particularmente agravadas com a entrada na zona Euro e na União Económica e Monetária.

A natureza e os objectivos das políticas de União Europeia ficaram bem patentes no programa de agressão da troika, imposta a Portugal pela UE, FMI e BCE negociado pelo PS, PSD e CDS e concretizado pelo governo PSD/CDS, com a acentuação da exploração dos trabalhadores, o empobrecimento, a destruição do aparelho produtivo, a descaracterização do regime democrático, o aumento da dependência nacional e do saque dos recursos nacionais para defender os interesses do grande capital.

A luta dos trabalhadores e do povo derrotou o governo PSD/CDS, afastou-o do poder e abriu caminho para a defesa, reposição e conquista de direitos.

Os avanços registados no novo quadro político do país, não são dádiva de ninguém! Em Portugal, foi com a luta que os trabalhadores conseguiram o aumento (embora insuficiente) do salário mínimo nacional, a recuperação dos quatro feriados, a reposição dos salários e das 35 horas na Administração Pública – roubados pelo governo PSD/CDS – entre outros direitos e conquistas obtidos pela acção nos locais de trabalho, empresas e sectores.

Mas é preciso ir mais longe e generalizar a solidariedade e a justiça social! Depois das grandiosas manifestações do 1.º de Maio por todo o país, é preciso, agora, intensificar a luta em cada local de trabalho, empresa e sector, desenvolver a acção reivindicativa, na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, no confronto com o capital, expressando a unidade, organização e luta, a imensa força organizada dos trabalhadores.

É preciso intensificar a luta e exigir que o Governo PS dê efectiva resposta às necessidades do País. É necessário enfrentar o grande capital e o diretório das grandes potências que dominam a União Europeia e libertar o país das desigualdades, do Euro, da dívida e dos milhares de milhões de euros de encargos anuais!

A luta reivindicativa e de massas é decisiva para o aumento geral dos salários, para a defesa do emprego com direitos e para o combate à precariedade, para combater a desregulação dos horários, para a conciliação do trabalho com a vida pessoal e familiar e para a redução do horário de trabalho, para a defesa e promoção da contratação coletiva, dos serviços públicos e funções sociais do Estado na Saúde, Educação, Segurança Social, Cultura e da Justiça.



### **Milhares de jovens trabalhadores manifestaram-se no Dia Nacional da Juventude.**

A Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora convocada pela Interjovem da CGTP-IN com o lema “O tempo é hoje! Vencer a precariedade, defender os nossos direitos” realizou-se no dia 28 de Março.

Partindo da Praça da Figueira em direcção à Assembleia da República, foram milhares os jovens de todos os sectores de actividade que, empunhando bandeiras da Interjovem/CGTP-IN e, organizados nos seus Sindicatos, gritaram palavras de ordem como “O trabalho é um direito, sem ele nada feito!” ou “A luta continua, nas empresas e na rua!”.

Uma manifestação que reflectiu as lutas de muitos sectores contra a precariedade e os baixos salários e que mostrou que a juventude trabalhadora está disponível para prosseguir e intensificar essa luta contra os problemas concretos nas suas empresas e locais de trabalho, dia-a-dia, pelos seus direitos e garantias.



### **Reunião da FCSAP com o Governo sobre o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP)**

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) reuniu com o governo no passado dia 24 de Abril. Na reunião, por parte do governo, estiveram presentes o Secretário de Estado do Emprego e o Secretário de Estado do Tesouro e respectivos membros do gabinete, tendo sido justificada a ausência da Secretária de Estado da Administração e Emprego Público.

A FCSAP começou por manifestar a sua discordância que este programa seja definido por Portaria, devendo ter sido objecto de Decreto-Lei. Criticou o projecto de portaria, defendendo o modelo seguido em 1996 e apontando as deficiências da negociação relativa a este processo.

Os diversos serviços deveriam apresentar aos sindicatos listagens com os trabalhadores em situação de precariedade, e procederem aos trâmites necessários para a sua integração,

caso se verificassem faltas, então sim analisavam-se os respetivos casos. Tão pouco se aceita que sejam excluídos trabalhadores, nomeadamente professores, enfermeiros, bolsiros de investigação científica, pessoal contratado a termo, entre outros.

O Governo afirmou pretender um processo participado e inclusivo, daí a opção pelo requerimento do trabalhador e garantiu que a decisão das comissões de avaliação bipartidas (CAB), será sempre passível de audiência prévia e após homologação da mesma, de reclamação hierárquica e impugnação judicial caso os trabalhadores assim o entendam. Os contratos a termo serão analisados pelas Comissões, afirmando que a redacção do artigo 3º n.º 2 do projecto de portaria pretende incluí-los.

Informou ainda que, face às reivindicações da FCSAP, o projecto de portaria será alterado no sentido de que os presidentes das CAB deixam de poder exercer voto de qualidade e que estes, em vez de nomeados, passam a ser eleitos de entre e pelos membros das comissões. Esta medida não é significativa, uma vez que os representantes do governo e dos serviços estarão sempre em maioria (4) em relação aos representantes dos sindicatos (3).

A FCSAP questionou sobre o futuro dos trabalhadores que sejam excluídos por força da posição dos dirigentes do serviço que afirmem que estes não tem funções permanentes e se de tais decisões poderão resultar nos seus despedimentos. Esta questão ficou sem resposta por parte do governo.

Questionados sobre a aplicação à Administração Local do PREVPAP, os representantes do governo responderam que o processo deverá ser adequado sendo que a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), será chamada a fazer um levantamento dos trabalhadores com vínculo precário que deverá entregar até 31 de Outubro. Será discutida oportunamente uma proposta de lei que determinará a forma de regularização dos vínculos para que a abertura dos concursos ocorra em 2018.

A Frente Comum reafirmou a sua discordância de fundo com a responsabilização do trabalhador para resolução da sua situação, devendo ser os serviços a apresentar as situações, havendo posterior e obrigatoriamente lugar à reclamação. Por outro lado tendo sido identificados mais de 110 mil trabalhadores em situação de precariedade, estranha-se que ultimamente circule com insistência o número de 50 mil trabalhadores com vínculos precários a integrar...



# Venda do Novo Banco lesou o País e o Povo

**A venda ao desbarato do antigo Banco Espírito Santo mostra como o governo PS abdicou do controlo público de uma instituição que, a par da Caixa Geral de Depósitos, poderia contribuir determinadamente para o financiamento da economia nacional e do imperativo reforço do sistema público bancário.**

Dois anos depois, o Novo Banco acabou “vendido” à Lone Star, uma instituição associada sobretudo a fundos de investimento e atividades especulativas. Para lá de uma análise ética do negócio, importa olhar para esta operação no seu todo e perceber que mais de 60% do capital bancário português encontra-se, atualmente, sob controlo de grupos estrangeiros (resta a Caixa Geral de Depósitos, ou seja, o banco público). Tal significa uma fragilização brutal do País livre e soberano, com consequências futuras irreparáveis na economia portuguesa no seu todo.

Ao contrário da enorme fraude e roubo a que os contribuintes foram sujeitos no caso da nacionalização do BPN, o Novo Banco poderia manter-se na esfera pública sem custos diretos para o Estado português. Bastaria para isso que o PS e a direita não tivessem desde sempre recusado tocar na componente não financeira do Grupo Espírito Santo e no património dos seus responsáveis. Mas, mesmo que fosse necessário mais um esforço de injeção de capital públicos no banco, a médio prazo, teríamos a instituição integrada no sistema público bancário, constituindo um novo braço financeiro do Estado ao serviço do desenvolvimento da economia portuguesa, aliás, tão carente de investimento sustentado e sustentável.

Mas, a opção foi outra. Mesmo reconhecendo os constrangimentos dos tratados europeus (tão lesivos para o povo português) e dos ditames de Bruxelas que colidem

com o interesse nacional e se assumem cada vez mais como obstáculos ao progresso e desenvolvimento sociais, a solução encontrada pelo atual governo foi qualquer coisa muito semelhante ao sucedido no caso BPN. Ou seja, assentou no desencadear de um processo de socialização da dívida dos privados e, conseqüentemente, devolver aos privados um banco já livre de problemas. Deste modo, o caso Novo Banco/BES tem custos diretos para os contribuintes, com benefício zero.

Conclui-se pois que, os problemas do Novo Banco são inseparáveis de opções políticas e dos ditames da UE que decidiram aplicar uma medida de resolução ao BES sem congelar e tomar controlo público dos bens do Grupo Espírito Santo. Uma vez mais deu-se a nacionalização do prejuízo para proceder à limpeza do balanço do Banco e, a seguir, entregou-se o Novo Banco a um qualquer grupo económico. Os custos de toda esta operação estão à vista e recaem sobre os portugueses.

A venda do Novo Banco foi mais um ataque ao interesse do povo e do País. Só a sua integração no sector público bancário, com a orientação pública para o financiamento à atividade económica e às famílias, poderia defender os postos de trabalho e a presença territorial de um dos maiores bancos portugueses. Mais, a sua integração no sistema público bancário seria mesmo a única via para a salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro e para a afirmação do interesse nacional, recuperando uma alavanca fundamental da economia, que havia sido perdida com a privatização do BES, nos anos sombrios do cavaquismo.



### **Visita ao Museu da Música**

A 22 de Fevereiro, foram 21 os elementos da nossa Comissão de Reformados que apreciaram os instrumentos musicais que compõem o valioso espólio daquele museu, na Estação de Metropolitano de Lisboa “Alto dos Moinhos”. Guiados pelo músico Victor Palma, ficámos a conhecer um pouco da história de cada um deles. Fomos ainda presenteados com alguns trechos interpretados num belíssimo órgão do século XVIII.

### **40º Aniversário do STML**

A sessão comemorativa, no Fórum Lisboa a 5 de Abril, contou com uma significativa presença de reformados. Um dos momentos altos foi a simbólica e emotiva homenagem aos inscritos no ano da fundação do sindicato e que, desde a primeira hora, se entregaram à luta em defesa dos trabalhadores e nela persistiram ao longo de quatro décadas. Destes, os 16 associados que estiveram presentes e que fazem parte da nossa Comissão de Reformados, receberam uma placa comemorativa. Aos restantes, será a mesma remetida através de correio.

Houve lugar ainda a momentos musicais a cargo do grupo de Maria Anadon que, reinterpretando temas dos cantores de Abril, soube aproximar-se da memória de quem viveu apaixonadamente esse tempo único das nossas vidas e da história do nosso país.

### **22 de Abril em Palmela**

A jornada de convívio e comemoração anualmente organizada pela Inter-Reformados de Lisboa registou uma forte participação dos nossos associados. A manhã foi preenchida com uma sessão de debate no Cineteatro São João subordinado ao tema “Reforçar a luta, por melhores pensões,

viver com dignidade”. Destacou-se a intervenção de Isabel Quintas, aposentada e profunda conhecedora da problemática das pensões. O almoço e convívio decorreu no salão do Grupo Folclórico Danças e Cânticos dos Olhos d’Água, com ementa típica da região. O programa incluiu ainda: exibição de vídeo sobre a história e luta da Inter-Reformados; actuação do grupo musical “Gente Boa” do Pinhal Novo; visita a uma famosa adega de vinhos e ao seu museu.

### **25 de Abril**

Estivemos presentes no almoço de aniversário do STML, a que se seguiu a participação na Manifestação Popular organizada pela Comissão Promotora que integra a CGTP-IN. Celebrámos festivamente os avanços sociais conquistados a partir desse Abril memorável, desfilaro desde o Marquês até ao Rossio, integrados na representação do nosso sindicato. Sem esquecer a exigência de uma outra política que respeite os valores de Abril, os avanços civilizacionais realizados e os direitos de quem trabalha e de quem trabalhou.

### **1º de Maio**

No Dia Internacional do Trabalhador participámos com o nosso Sindicato no desfile, desde o seu início. Ao longo da Almirante Reis, outros reformados se juntaram em torno dos nossos panos, bandeiras, cravos e palavras de ordem. Foi uma tarde de festa mas também de exigência. Porque este é um tempo de luta: pelo aumento geral (e real) de todas as pensões; pela reposição dos 65 anos como idade legal de reforma; pela reforma sem penalizações, ao fim de 40 anos de descontos; pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde e fim das taxas moderadoras; por serviços públicos de qualidade e maior proximidade; pela baixa dos custos dos medicamentos.



## Programa de Estabilidade 2017/2021: Reduzir salários para salvar as metas do défice

Apesar do Ministro das Finanças apontar que o Programa de Estabilidade 2017/2021, submetido a Bruxelas no final do passado mês de abril, visa a recuperação dos rendimentos, a promoção de investimento e a melhoria do funcionamento da AP, a realidade pode muito bem ser outra. Através de um estudo do economista Eugénio Rosa, analisámos o documento e percebemos que, em 2021, teremos um Estado ainda mais diminuído e fragilizado, com custos efetivos também para os trabalhadores.

“A análise do Programa de Estabilidade 2017-2021 mostra que o seu objectivo principal é passar do défice orçamental de -2% do PIB em 2016, para um superavit orçamental de +1,3% do PIB em 2021”, frisa Eugénio Rosa. Para cumprir o estabelecido, o governo PS prevê reduzir o investimento público a apenas metade daquilo que será gasto com o pagamento de juros da dívida pública, sendo efetivo o decréscimo em 6,3% na despesa pública com prestações sociais. Porém, outro dos recursos a que o executivo de António Costa e Mário Centeno recorre para atingir as metas propostas visa, diretamente, os rendimentos dos trabalhadores da administração pública.

Assim, “os salários dos trabalhadores da Função Pública, congelados desde 2010, permanecerão congelados até 2021, embora o governo estime que os preços aumentem 8,9% neste período”. Ou seja, para o quinquénio 2017/2021, “o aumento percentual da despesa com Pessoal da Função Pública (1,4% em 2017; 0,6% em 2018; 1,6% em 2019; 0,8% em 2020 e 2021) é inferior à inflação prevista (entre 1,6% e 1,8% ao longo dos anos do período, com o referido aumento de preços a cifrar-se em 8,9%)”. Remetendo agora a aplicação para o Pessoal das Administrações Públicas (Central, Local e Regional), “em todo o período 2016-2021, conclui-se que o aumento é de apenas de 5,2%, “o que corresponde a 58,5% da subida dos preços prevista pelo governo nesse mesmo período (...).

Portanto, este governo aposta de uma forma descarada na redução do poder de compra dos salários dos trabalhadores

da Função Pública, apesar de estarem congelados desde 2010, para conseguir passar do défice orçamental de -2% para um superavit de +1,3%”, denuncia o estudo.

Ao anunciar para 2018 aquilo a que o governo chamou de “descongelamento gradual das carreiras”, paira já na opinião pública uma enorme mistificação. Em primeiro, seria preciso que “a despesa líquida com esse descongelamento fosse repartida igualmente por todos os trabalhadores, o que não acontecerá”, para que se verificasse “um aumento no rendimento disponível de cada trabalhador”. E, imagine-se, o valor desse aumento seria de apenas “3,7% entre 2016 e 2021, quando comparado com o ganho médio de Junho de 2016”.

Em segundo, depreende-se pelo Programa de Estabilidade que “se analisarmos a variação anual da despesa com Pessoal da Função Pública em milhões de euros, se excetuarmos o ano de 2017, em que o aumento previsto é de 287 milhões de euros, em grande parte determinado pelo facto dos salários sem cortes vigorarem todo o ano, o que não aconteceu em 2016, e o ano de 2019, ano de eleições legislativas em que o governo pretende obter votos (neste ano o aumento previsto na despesa com Pessoal é de 337,4 milhões de euros), em todos os outros anos o aumento percentual da despesa de pessoal, que varia entre 0,6% e 0,8%, é inferior a metade do aumento previsto da subida dos preços no consumidor”.

Em suma, ao limitar a melhoria da situação dos trabalhadores da AP pelo menos até 2021, apenas ao chamado “descongelamento gradual das carreiras”, o governo continua a degradar as nossas condições de vida. A fórmula encontrada para controlar o défice passa, outra vez, pelos nossos rendimentos. A saber, e os números são do governo, a um aumento de 3,7% no rendimento disponível de cada trabalhador no período 2017/2021, os preços subirão 8,9%. As anunciadas “intenções” de Centeno não podem, portanto, contornar a realidade dos seus próprios números.

# 3 de Junho

# Dia Nacional de Luta!



A situação nacional continua a ser marcada pela pressão do grande capital, da integração na CEE/União Europeia, pela crescente submissão às suas orientações e tratados, com consequências económicas e sociais particularmente agravadas com a entrada na zona Euro e na União Económica e Monetária. A luta dos trabalhadores e do povo derrotou o governo PSD/CDS, afastou-o do poder e abriu caminho para a defesa, reposição e conquista de direitos.

Os avanços registados no novo quadro político do país, não são dádiva de ninguém! São o resultado da acção e da luta reivindicativa dos trabalhadores, da pressão e da luta desenvolvida nas empresas, serviços e nos locais de trabalho dos sectores público e privado, da pressão e luta que travamos nas instituições e fora delas, e que tem permitido aumentar salários, criar algum emprego e combater a precariedade, resistir e combater a desregulação dos horários e até reduzi-los, respeitar os direitos inscritos nos contratos coletivos, defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado na Saúde, na Educação e na Segurança Social.

Mas é preciso ir mais longe e generalizar a solidariedade e a justiça social!

É preciso intensificar a luta e exigir que o Governo PS dê efectiva resposta às necessidades do País. É necessário enfrentar o grande capital e o directório das grandes potências que dominam a União Europeia e libertar o país das desigualdades, do Euro, da dívida e dos milhares de milhões de euros de encargos anuais!

A valorização do trabalho e dos trabalhadores é indissociável duma política de esquerda e soberana que tem como elementos decisivos a libertação da submissão ao euro e das imposições e constrangimentos da União Europeia, a renegociação da dívida, a defesa e promoção da produção nacional, a recuperação para o domínio público dos sectores estratégicos da economia, a garantia de uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País e uma política fiscal que alivie os rendimentos do trabalho e taxe adequadamente o grande capital.

**Temos direito a uma vida melhor. Dia 3 de Junho, a partir das 14h30 no Marquês de Pombal, exigiremos:**

- O aumento geral dos salários, incluindo o salário mínimo nacional;
- O combate à precariedade, cabendo a cada posto de trabalho permanente um contrato de trabalho efetivo;
- A reposição do vínculo por nomeação e o desbloqueamento das carreiras na Administração Pública;
- Regulamentação do Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco;
- Identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;
- A reposição dos 65 anos como idade legal de reforma e o acesso à reforma, sem penalizações, ao fim de 40 anos de descontos.

O STML irá colocar pré-aviso de greve das 13h00 às 21h00 no sentido de permitir a mais ampla participação nesta jornada de luta nacional!